

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL.

Processo Administrativo Eletrônico nº 0002697-42.2022.6.12.8000

Tomada de Preços nº 001/2022

**ESTRUTURAL CONSTRUTORA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.275/0001 - 20, com sede na Avenida Tiradentes, n. 697, CEP 79.090-000, Vila Bandeirantes, Campo Grande /MS, por intermédio de seu advogado ao final assinado (procuração em anexo), vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a” e inciso LV da Constituição Federal, art. 109 da Lei n.º 8.666/93, no prazo legal, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, quanto à sua **inabilitação** no processo licitatório em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

A empresa Recorrente participou da sessão licitatória acima epigrafada, ocorrida em 15 de setembro de 2022, na modalidade tomada de preço, para a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de ampliação do prédio que abriga o Fórum Eleitoral, no município de Corumbá/MS, tendo sido declarada **inabilitada** pela Comissão de Licitação, conforme consta da “Ata de Sessão Pública”.

## 1. DECISÃO RECORRIDA

A empresa recorrente foi inabilitada, por decisão da comissão de licitação, pelas seguintes razões:

“Em relação à empresa **ESTRUTURAL CONSTRUTORA LTDA – ME** CNPJ n. 05.556.275/0001/20, a consulta ao Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA – CNJ retornou certidão positiva, informando haver registro de condenação com sanção ativa referente ao CNPJ da empresa. Quanto a tal questão, cumpre registrar que, pouco antes do início da sessão pública, representante da empresa esteve presente na sala em que ocorreu a sessão e entregou ao Presidente da Comissão cópia de sentença do processo judicial a que o registro no CNIA faz referência. O representante argumentou que o registro no Cadastro seria indevido, em face de a sentença ter reconhecido a prescrição. O Presidente da Comissão recebeu o documento, informando que a análise da questão seria realizada oportunamente. No entender desta Comissão, não obstante o teor da sentença judicial apresentada pelo representante da **ESTRUTURAL**, deve prevalecer, para fins de análise das condições de participação da empresa, o registro positivo obtido no Cadastro de

Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, posto que a consulta a tal cadastro seja o meio fixado em edital para a verificação do atendimento da condição constante da cláusula 2.8.f. Ainda no entender desta Comissão, caso a empresa ESTRUTURAL entenda que o registro no referido cadastro é indevido, deverá requerer junto ao órgão responsável pelo cadastro sejam excluídas as informações reputadas incorretas. Assim, com fulcro na cláusula 2.8.3 do Edital, a Comissão declara a empresa ESTRUTURAL CONSTRUTORA LTDA. - ME inabilitada, por falta de condição de participação no presente certame.”

Demonstrará a empresa recorrente que sua inabilitação é medida exagerada, constituindo excesso de rigor da avaliação da comissão de licitação, em prejuízo da competitividade e da proposta mais vantajosa, motivo pelo qual merece reforma.

## **2. RAZÕES DE REFORMA DA INABILITAÇÃO – EVIDENTE AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – OMISSÃO E OBSCURIDADE EM DOCUMENTOS EXAMINADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.**

A Comissão Licitante atribui à recorrente descumprimento ao item 2.8.f do edital, que assim dispõe:

2.8. Não poderão concorrer:

f) Empresa condenada por improbidade, nos termos da Lei nº 8.492/92 (LIA);

Já o item 2.8.1 do edital, prevê a consulta aos sistemas SICAF, Portal da Transparência e do Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA – CNJ, para verificação da inexistência de óbices de contratação.

Segundo a Comissão Licitante, o registro positivo obtido no Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA é soberano, pois seria o “*meio fixado em edital para a verificação do atendimento da condição constante da cláusula 2.8.f.*”

A decisão merece reforma, pois a recorrente demonstrou na própria sessão licitatória que, não obstante a existência de cadastro ativo no sistema CNIA, **INEXISTE** condenação por improbidade contra a recorrente, o que lhe permite participar do certame.

Numa simples análise do Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA, consta que sua inclusão se deu em razão do processo judicial n. 0000187-71.2011.8.12.0047, Comarca de Terenos/MS. **No campo de “Informações sobre a Condenação”, está em branco o campo de “Penas Aplicadas”, constando apenas data do trânsito em julgado (06/10/2017) e informação positiva sobre “Ressarcimento integral do dano” no valor de R\$ 1.566,90.**

A ausência de informações suficientes no cadastro, especialmente sobre “Informações sobre a Condenação” e “Penas Aplicadas” se justifica porque **INEXISTE CONDENAÇÃO**, porquanto, foi reconhecida em sentença a ocorrência de prescrição, relativamente às sanções administrativas previstas na Lei 8.429/1992. Senão vejamos:

b) Pronuncio a prescrição, relativamente às sanções administrativas previstas na Lei Federal n. 8.429/1992, com base no art. 23, I, da mesma Lei, na forma do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Não obstante isso, a empresa recorrente ainda consta indevidamente do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa – CNCIAI, cuja exclusão já foi requerida no processo judicial, mas ainda não decidida pelo Juízo da Comarca de Terenos/MS.

Ocorre que a sentença apresentada na sessão licitatória é clara no sentido de que houve a “*prescrição da pretensão de reconhecimento da improbidade administrativa*”, não sendo a empresa punida por nenhuma das sanções administrativas previstas na Lei 8.429/1992, consequentemente, não pode ser impedida de participar do presente certame.

Ora, muito embora o item 2.81 do edital, preveja a consulta ao Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA – CNJ para verificação da inexistência de condenações por improbidade, a condenação em si deve restar clara da consulta, o que não é o caso.

O simples cadastro ativo da empresa recorrente não têm o condão de inabilitá-la. É imprescindível que a condenação por improbidade administrativa conste do referido documento, o que se provou não existir. Ao contrário, a empresa recorrente comprovou inexistir condenação, o que justifica até mesmo a ausência de informações do indevido cadastro positivo.

Com efeito, o Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA – CNJ se mostrou omissos e obscuros, pois não constou informações sobre as penalidades existentes contra a recorrida, o que atrai o poder-dever da comissão de licitação de realizar diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca da eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

No caso em apreço, ocorreu evidente falha de conteúdo na informação, o que é absolutamente sanável, pois reflete uma situação ou algo que obviamente não ocorreu, qual seja, a condenação por improbidade administrativa.

Ademais, em licitação, aplica-se o **formalismo moderado**, a fim de combater exigências destituídas de utilidade ou significação. Deve-se verificar a compatibilidade de determinada forma com uma previsão legislativa ou com os princípios jurídicos fundamentais que regem o processo licitatório. Também, não se deve confundir vinculação ao edital com formalismo, pois nada impede que se interprete o edital autorizando diferentes soluções para a forma, prestigiando o princípio da instrumentalidade das formas, de modo que não se justifica os argumentos da comissão de licitação para inabilitar a recorrente.

Sendo assim, a ausência de diligências pelos membros da comissão de licitação, a fim de avaliar a regularidade documental e idoneidade da recorrente, acaba por comprometer o próprio certame, causando lesão ao erário.

### 3. REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer a essa comissão de licitação o recebimento do presente recurso, com efeito suspensivo, bem como o conhecimento e provimento a fim de reformar a decisão recorrida, admitindo sua participação na fase seguinte e a declarando habilitada.

Outrossim, lastreada nas razões recursais acima, requer a essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/931.

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Grande/MS, 22 de setembro de 2022.



ADEMAR AMANCIO

OAB/MS 12.479

---

<sup>1</sup> §4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.